

A DEMOCRACIA SUFOCADA

A “defesa da democracia” foi a justificativa pública para inúmeros abusos institucionais, concentração de poder em órgãos burocráticos e agentes públicos não eleitos. O que há de democrático no regime brasileiro, que mais parece uma tecnocracia inspirada em Saint-Simon, mas accidentalmente orwelliana?

O sentido e a utilidade da democracia consistem numa população forte e com acesso a meios de ação. A finalidade da democracia é valer-se de um povo forte para impedir que tiranos — sejam eles estrangeiros tentando conquistar a cidade, ou um patriarca de família oligárquica da pólis — cheguem ao poder e governem.

Mas a tendência nas bandas tupiniquins — presa a uma moda já ultrapassada — é a centralização de poder, a burocratização e o sufocamento do cidadão; ou seja, tenta-se fazer democracia destruindo o que possibilita o nascimento e a subsistência dela.

Para o cidadão comum, a economia e a administração pública tornam-se tão complexas que ele já não preenche as condições mínimas para formar uma opinião racional a respeito: sua razão reflui para o círculo estreito das atividades profissionais e familiares, deixando suas escolhas políticas à mercê de apegos emocionais, desejos pueris, sonhos e fantasias que o tornam presa fácil da propaganda totalitária. Sem meios de compreensão do sistema e precisando lutar pela sobrevivência, a razão torna-se o último instrumento a ser usado para lidar com a política: um convite às ilusões e paixões da propaganda. Além disso, o advento de massas imensas de dependentes da proteção estatal, somado à destruição da intelectualidade superior por meio da transformação global das universidades em centros de propaganda revolucionária — obra da globalização que prometeu “democratizar o conhecimento” —, reduz boa parte do eleitorado a um estado de vulnerabilidade e incompreensão.

A vulnerabilidade à manipulação totalitária está no fato de que a maioria já nem consegue conceber o que seja independência pessoal; e, entre os que ainda a intuem, cresce a disposição de trocá-la por proteção governamental, benefícios e garantias administrativas. A partir daí, não é surpresa que a defesa das liberdades públicas e privadas vá perdendo densidade: a mística do “planejamento” e da “eficiência” ocupa o lugar do juízo prudencial, e o que resta de debate público se reduz ao choque entre planos concorrentes — em geral variações do mesmo feitiço, vendidas como soluções técnicas inevitáveis.

Assim, esse rebaixamento da autonomia deixa de ser apenas uma atitude psicológica e se converte em forma institucional: iniciativas sociais independentes são progressivamente neutralizadas quando a regulamentação transforma ONGs em extensões do aparelho estatal, isto é, em instrumentos de gestão e condução de massas por uma elite que se apresenta como iluminada. Nesse mesmo movimento, a “liberdade de opinião” é esvaziada por dentro: em vez de significar exame racional e confronto real com fatos, passa a significar apenas a possibilidade de escolher entre discursos de propaganda pré-moldados — distintos ou indistintos —, enquanto qualquer tentativa de avaliação objetiva é marginalizada, ridicularizada ou absorvida, contra a própria intenção, pelos esquemas já existentes.

Diante disso, o processo eleitoral é mantido intacto como símbolo legitimador, quase como ritual mitológico que basta para que se atribua à nação o título de “democracia”, ainda que o conteúdo efetivo do regime seja uma tecnocracia.

- A “defesa da democracia” virou álibi para abusos institucionais e para a concentração de poder em burocracias não eleitas.

- A democracia perde seu sentido original quando centraliza poder e sufoca o cidadão que deveria fortalecer.

- A complexidade econômica, a dependência estatal e a propaganda esvaziam a razão pública e mantêm o rito eleitoral como selo democrático de uma tecnocracia.

